

## QUANDO INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS ENCONTRAM “OUTROS” DE SI MESMOS: A AUTOCONFRONTAÇÃO COMO DISPOSITIVO FORMATIVO

Vinícius Nascimento (UFSCar/PUC-SP/CNPq)

**RESUMO:** Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado cujo objetivo foi discutir a imprevisibilidade, imediatismo e discursividade da interpretação interlíngua e seus efeitos para a formação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa (LP). Devido a legislação que determina a inclusão de surdos nas diferentes esferas sociais, o intérprete de Libras, que é o profissional responsável pela realização desta atividade e que historicamente constituiu-se como tal ora pela prática, ora por cursos livres em instituições religiosas e representativas da comunidade surda, tem buscado formação em instituições de ensino superior. Os cursos de especialização tem sido um dos espaços em que profissionais que possuem algumas experiências no campo têm adentrado para realizar a primeira formação ou para validar, por meio de uma titulação na área, o saber que já possuem e que foi constituído pela prática cotidiana. Com base nesse contexto, explorou-se, neste estudo, a complexidade enunciativo-discursiva deste ato de linguagem para a formação considerando a dimensão semiótico-ideológica das línguas envolvidas e a concretude de sua realização a partir das necessidades interacionais dos sujeitos participantes do ato. A tese defendida foi a de que a imprevisibilidade e imediatismo da interpretação delineia uma formação profissional que arbitra na antecipação de, apenas, parte da arquitetura enunciativo-discursiva do ato interpretativo. Por meio de uma triangulação teórica entre os estudos bakhtinianos, a ergologia e os estudos da interpretação, realizou-se um deslocamento da metodologia da Autoconfrontação, originalmente elaborada pelo linguista Daniel Faïta no contexto da Clínica da Atividade Francesa, para o contexto de formação profissional com um grupo de intérpretes em um curso de pós-graduação *lato sensu* em Tradução e Interpretação de Libras/Português de uma instituição de educação superior privada na cidade de São Paulo. Foram montadas três duplas – sendo que, nelas, um sujeito assumiu a posição de intérprete de turno e outro a de apoio, mudando a posição durante a atividade – para interpretar três gêneros discursivos diferentes (discurso de formatura, político-militante e prosaico-opinativo) em dois momentos: na primeira aula, sem qualquer ação formativa *stricto sensu*; e o segundo na última aula, após terem passado pela formação. Na última parte da última aula, as duplas, diante das duas gravações, comentaram as interpretações por meio da Autoconfrontação Simples (eles falando sobre o que eles fizeram) e da Autoconfrontação Cruzada (colegas comentando sobre o que eles fizeram). Os dados mostram que os intérpretes protagonistas da atividade interpretativa no contexto de formação, ao se depararem com seu fazer nas autoconfrontações, reconheceram, na atividade, muito além daquilo que sabiam sobre o seu fazer. Reconheceram, no primeiro vídeo, um saber marcado pela experiência prática e, no segundo vídeo, uma reelaboração discursiva desse saber de acordo com a formação. Observaram, também, que os gêneros mobilizados convocaram saberes específicos ligados a atividade interpretativa o que os mobilizou à utilização, no caso da segunda gravação, de estratégias abordadas no processo formativo que não foram utilizadas no primeiro. Espera-se que esta pesquisa contribua com a pedagogia da interpretação das línguas de sinais, com os estudos da linguagem e do discurso.

Palavras-chave: interpretação de libras, autoconfrontação, formação profissional.

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016*, p. 1-15

## INTRODUÇÃO

No dia 1 de setembro de 2010 o, então, Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 12.319 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)<sup>1</sup>. A regulamentação, que veio compor uma cadeia história de documentos legais que promovem a inclusão social e educacional das pessoas surdas, foi um marco para profissionalização dos trabalhadores Tradutores e Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (doravante TILSP). Teria sido mais comemorada pela categoria caso o Presidente não tivesse vetado o artigo que determina a formação em nível superior e, com isso, a criação de conselhos profissionais para fiscalização da atividade. Os vetos, sem dúvidas, tiveram consequências diretas na expansão do campo de trabalho e na promoção da formação de novos profissionais.

No entanto, estes vetos, que reverberaram de maneira significativa entre os trabalhadores e pesquisadores da área, não aconteceram sem motivação. A política governamental para a educação na época direcionava seus investimentos e energias para a formação de profissionais em nível médio e técnico por meio de ações como, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e a expansão dos Institutos Federais que promovem a formação neste nível educacional. A regulamentação da profissão, assinada neste contexto sócio-político, esteve sob a coerção desta política a fim de fazer valer a proposta de expansão e

---

<sup>1</sup> A tradução e a interpretação não são a mesma coisa. Embora sejam atividades que, *à prima vista*, mobilizem línguas diferentes e são definidas pela mediação discursiva de falantes e leitores que desconhecem as línguas dos discursos que pretendem ter acesso, elas se diferenciam, nas palavras de Pagura (2003), pela operacionalização. Enquanto a primeira dedica-se à mobilização de textos em um espaço-tempo expandido, recursivo e com possibilidade de pesquisa para aprimoramento dos enunciados por parte de quem a realiza, a segunda, ao contrário, é produzida no imediatismo das interações, no “aqui e agora”, nos textos produzidos face-a-face, em um espaço-tempo reduzido. No entanto, mesmo com essas diferenças, a profissão discutida neste texto, possui, já em sua designação oficial, a aglutinação destas duas atividades para um mesmo profissional. Os cursos de formação que têm sido abertos com fomento do governo federal com base na legislação que será aqui discutida, oferecem habilitação para a *tradução e interpretação* da Libras e da Língua Portuguesa. Essa junção, necessária para o campo da língua de sinais no Brasil nesse momento sócio-histórico, não as reduzem a uma mesma ação, como se fossem a mesma atividade, apagando as características explicitadas, como debatem os apressados em julgar essa nomenclatura sem conhecer seu contexto de produção. A junção, todavia, refere-se ao fato de que, nesse momento de expansão do campo, o mesmo profissional que faz tradução é o que faz interpretação e vice-versa. Haverá, prospectam os especialistas e estudiosos do campo, um tempo que essa formação será cindida e aprofundada para cada atividade, cada qual em sua condição de produção, circulação e recepção, assim como é, em grande parte, a formação de colegas que atuam com outras línguas que não as línguas de sinais. Neste trabalho, optamos, devido as diferenças explicitadas e seus desdobramentos didáticos e metodológicos, por trabalhar apenas com a interpretação interlíngua da língua de sinais.

educação profissional e tecnológica no país. Somado a tudo isso, a ausência de universidades que ofereciam o curso de formação em nível superior no Brasil ainda era ínfima, limitando-se, apenas, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que era responsável por oferecer, à distância, o curso de Bacharelado em Letras Libras em quinze polos parceiros por todo o território nacional, mas sem prospecção de continuidade após a conclusão destas turmas.

Entretanto, em 2011, a recém-eleita Presidente da República Dilma Rousseff assinou outro importante documento que teve efeitos para a profissão. O Decreto 7.612, que instituiu o *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite*, delineou ações do governo federal para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Dentre as medidas, o Plano previu a criação de 27 cursos de Letras/Libras – Licenciatura, para a formação de professores, e Bacharelado, para a formação de tradutores e intérpretes, e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue (BRASIL, 2011) em nível superior a fim de garantir que as pessoas surdas tenham acesso à uma educação e sociedade bilíngue, conforme descreve o documento.

Tanto a regulamentação da profissão, mesmo com o veto na formação em nível superior, como o Plano Viver Sem Limites, são frutos de uma série de medidas inclusivas instauradas no Brasil desde o começo deste século para a promoção dos direitos comunicacionais, educacionais, linguísticos e de acessibilidade das comunidades surdas brasileiras. Estas políticas são efeitos de uma luta histórica do movimento surdo que tem protagonizado embates com os três poderes desde meados da década de 1980 para exigir do Estado o direito à educação, à saúde, à comunicação, à vida conforme preconiza documentos internacionais que foram ratificados pelo Brasil e pela Constituição Brasileira.

Desde a Lei de Acessibilidade, 10.098/00, a atuação de profissionais que realizam a mediação das interações entre surdos e ouvintes em Libras e em Língua Portuguesa tem crescido significativamente. O reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras pela Lei 10.436/02 e sua devida regulamentação pelo Decreto 5.626/05, foram significativos para o aumento desta atividade que, por sua vez, está estritamente ligada à maciça presença de surdos nas mais diversas instâncias sociais. Presença esta que foi

promovida pela citada legislação que congrega, portanto, uma política “linguística”<sup>2</sup>, inclusiva e educacional desde o início dos anos 2000. Eis aí um ciclo de promoção de direitos com vistas à aparição e inclusão de uma minoria sociolinguística.

No entanto, se por um lado, a regulamentação da profissão aprovada em 2010, possui vetos em relação à formação superior com a justificativa de que isto limitaria a atuação de profissionais formados em outras áreas, conforme discorre o mesmo documento, por outro, o Decreto 5.626 de 2005, bem como o Decreto 7.612 - Plano Viver Sem Limites de 2011, determina e promove a formação deste profissional em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, conforme pode-se ler no Capítulo V do Decreto 5.626.

Observa-se nessa realidade um grande e profícuo debate e contradição de normas legislativas, reguladoras e prescritivas para o exercício profissional do TILSP reverberando e configurando uma tensa e perigosa realidade de formação. O Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei de Libras, 10.436/04, e a Lei de Acessibilidade, 10.098/00, e o Decreto 7.612/11, que institui o Plano Viver Sem Limites, apresentam diretrizes norteadoras para a inclusão social do surdo em diferentes instâncias sociais e determinam a formação em nível superior desses profissionais considerando-os como agentes centrais nesse processo. A Lei que regulamenta o exercício da profissão, por sua vez, que deveria coadunar com os pressupostos dos documentos citados para a formação em nível superior tanto por ser anterior à sua promulgação, no caso do Decreto 5.626/05, quanto por ser um documento regulamentador da atividade profissional, recebe vetos da presidência justamente nos artigos que a colocam como pré-requisito por infringir em princípios constitucionais.

No entremeio dessa contradição, a partir de 2005, após a publicação do Decreto 5.626, as instituições particulares de ensino superior iniciaram um intenso processo de criação e abertura de cursos de especialização em Libras com base no texto do Decreto, especialmente no que tange aos capítulos que discorrem sobre a formação do Professor que atuará com surdos e do Tradutor e

---

<sup>2</sup> A política existente para surdos no Brasil é mais educacional inclusiva do que precisamente linguística porque as leis que envolvem a Libras não debatem, de fato, a promoção da Libras como língua, mas como instrumento para a inclusão de surdos no sistema educacional inclusivo. Mesmo a Lei de Libras, 10.436/02, deixa escapar o monolinguismo estatal ao dizer em um parágrafo único que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002) (Cf. Nascimento, 2016).

Intérprete. Com isso, um grande leque de cursos de pós-graduação *lato sensu* para a formação de profissionais que queiram atuar na área da tradução, interpretação e ensino da Libras têm sido criados desde então. No entanto, os cursos, especialmente os que se propõem a atuar com a temática da tradução e/ou da interpretação, longe de realmente formarem ou, pelo menos, incitarem a possibilidade de aperfeiçoamento das práticas interpretativas de tradutores e intérpretes atuantes focam, de maneira geral, os aspectos educacionais e pedagógicos da educação de surdos e dedicam, em grande parte, um módulo de vinte, vinte e cinco ou, no melhor dos mundos, quarenta horas para tratar dessas temáticas.

Albres (2010), em pesquisa realizada sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de Libras que se propõem a aperfeiçoar as práticas de tradução/interpretação, mostrou que as questões curriculares e o perfil dos discentes dos cursos são pontos nevrálgicos nesse crescimento exacerbado dos cursos de especialização desse campo. A autora, que analisa currículos e projetos de três diferentes instituições de ensino superior particulares do Estado de São Paulo, problematiza a questão mostrando que das três instituições analisadas apenas uma realiza banca de avaliação de proficiência para compor um grupo discente com conhecimento linguístico equânime. Este elemento dificulta que os cursos foquem nas competências necessárias para a atuação do TILSP e, ao contrário, modifique a proposta transformando um curso de especialização de tradução e interpretação em um curso de introdução à Libras. Os alunos que cursam essa formação saem com o título de especialista nesta língua e, em alguns casos, em tradução e interpretação, mas sem proficiência linguística em Libras e sem terem aprendido e/ou aperfeiçoado – quando fluentes – as habilidades necessárias para realizar uma tradução ou interpretação<sup>3</sup>.

A constituição de um mercado que explora a Libras em cursos de especialização pode ser compreendida, basicamente, por dois fatores: (i) pelo resultado da instauração da demanda de inclusão social de surdos assegurada pela legislação que determina a formação de profissionais

---

<sup>3</sup> Este contexto formativo tem efeitos diretos no campo de trabalho. Um exemplo disso são as contratações, por parte de secretarias da educação de Prefeituras e Estados, de profissionais para atuarem no ensino, na tradução e na interpretação da Libras, especialmente no campo educacional, com base nos critérios apresentados no Decreto 5.626/05 que privilegia a apresentação de uma formação ou exame de proficiência expedido pelo Ministério da Educação, no caso, o PROLIBRAS, extinto devido ao prazo de dez anos determinado pelo Decreto. Ao focalizar os diplomas como critérios de contratação, os contratantes absorvem profissionais que passaram por cursos de especialização que não trabalham as questões da proficiência linguística inviabilizando, portanto, o trabalho direto com alunos surdos em Libras.

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016*, p. 1-15

para que isso aconteça; e (ii) pela crescente oferta de cursos nessa modalidade no ensino superior que é assegurada e flexibilizada também pela legislação vigente.

A pós-graduação *lato sensu*, que tem crescido significativamente no Brasil, é composta por cursos com temáticas centrais e cujo caráter é técnico-profissional (FONSECA, 2004). Com a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2001 que estabelece normas para o funcionamento da pós-graduação no Brasil, o Conselho Nacional de Educação autorizou instituições de ensino superior a abrir cursos independente de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, desde que estas sejam credenciadas pelo Ministério da Educação, apenas obedecendo a porcentagem de 50% de corpo docente com titulação mínima de mestre e carga horária mínima de 360 horas.

Segundo Fonseca (2004, p. 178),

a expansão desse nível de ensino resulta de vários fatores: em primeiro lugar, da expansão do setor privado, do mercado de trabalho que demanda novas formas e modalidades de cursos e níveis de ensino e, por consequência, amparada por políticas e legislações mais flexíveis o que por certo gerou, especialmente no campo privado, a oferta de cursos desvinculados dos critérios acadêmicos mínimos de qualidade.

No campo da língua de sinais esses aspectos são observados, sobretudo, nas matrizes curriculares disponibilizadas pelos sites das instituições que oferecem cursos de formação para tradutores/intérpretes sob diferentes nomenclaturas: pós-graduação em Libras, Libras e educação de surdos, intérprete/tradutor, tradutor/intérprete, etc. As instituições que ofertam cursos, mesmo compondo um número significativo, denunciam, pelas próprias propostas, que os cursos são elaborados, na sua grande maioria, por profissionais não especialistas no campo da língua de sinais. Constata-se esse fato, pois as disciplinas oferecidas, além de serem extremamente generalistas quanto à língua de sinais e à surdez, não focam, diretamente, nas questões e problemáticas ligadas às habilidades interpretativas e tradutórias. Isto significa que há sim uma grande demanda, mas, ao mesmo tempo, um mercado que a explora sem profissionais que deem conta de responder à essa nova configuração de formação, o que gera, portanto, cursos sem

regulação, fiscalização e consistência teórico-prático para a formação – no caso do campo da tradução/interpretação – de novos profissionais<sup>4</sup>.

Diante deste contexto escorregadio de normas prescritivas contraditórias e da necessidade de formar profissionais para que as pessoas surdas tenham seus direitos garantidos pela legislação citada, questionamos se é possível criar espaços formativos em cursos de pós-graduação *lato sensu* visando acolher as demandas apresentadas pelo público que os procuram, quando este público é constituído de profissionais que atuam neste campo, e que possuem conhecimento linguístico em Libras e experiência em tradução e/ou interpretação. Neste trabalho, apresentamos o recorte de uma pesquisa de doutorado no campo da Linguística Aplicada cujo objetivo geral foi discutir a imprevisibilidade, imediatismo, discursividade e normas da interpretação interlíngua e seus efeitos para a formação de Intérpretes de Libras e Língua Portuguesa (LP) experientes e iniciantes.

## **O OLHAR CALEIDOSCÓPICO E ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS NECESSÁRIOS**

O caminho teórico-metodológico construído na pesquisa revela não só a complexidade do objeto, mas, também e sobretudo, a nossa insistência em observá-lo por uma lente multidisciplinar. Assim como num caleidoscópio, a aproximação do olhar ao objeto nos fez ver o quão multiforme e deformante ele é. Na medida em que dele nos aproximamos e vimos a sua multifacetada condição, nos sentimos convocados em, no mínimo, nos preocuparmos com sua totalidade e adotarmos uma fundamentação teórica que buscasse observá-lo nesse sentido.

Diante de tal complexidade, alguns postulados teóricos prévios foram elaborados a fim de clarear o caminho teórico-metodológico construído. O primeiro é o de *que a interpretação interlíngua é uma atividade de linguagem, de dimensão enunciativa, que mobiliza discursos e,*

---

<sup>4</sup> Fonseca (2004) mostra como o campo da pós-graduação *lato sensu* se constituiu no Brasil nos últimos anos e quais os efeitos da legislação vigente para o estabelecimento de um mercado educacional que é explorado, sobretudo, por instituições superiores privadas. Segundo o autor, os cursos de especialização nasceram com a perspectiva de preparação de docentes para atuação em graduação e tinham, para além de disciplinas e módulos temáticos, espaços para a formação didático-pedagógica. No entanto, na resolução N. 12/83 do antigo Conselho Federal de Educação os cursos que eram criados para a formação de profissionais que atuassem magistério superior tinham a regulação dos órgãos devidos, diferente do contexto atual em que há certa flexibilização das normas e, com isso, a exploração mercadológica sem qualidade.

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016*, p. 1-15

*com isso, promove a interação entre homens e culturas.* Por essa razão, não poderíamos escapar da tarefa de explorar sua dimensão linguageira já que ela, enquanto trabalho, é *toda* linguagem. Adentramos, então, à dimensão dialógica da língua/linguagem pela lente do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2010; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009) que dialogou com diversas correntes literárias, psicológicas, linguísticas e filosóficas e, com isso, construiu uma maneira diferente de analisar as materialidades semióticas, especialmente as verbais. Para o Círculo, o estudo das formas linguísticas abstratas devem ser ponto de chegada e não ponto de partida porque são as interações que bombeiam à língua a sua condição dialógica e não ao contrário. Por meio desta perspectiva, chegaremos à dimensão enunciativo-discursiva da interpretação interlíngua sem excluir os sistemas linguísticos mobilizados e as singularidades dos enunciados concretamente realizados.

O segundo postulado é *o de que a interpretação enquanto atividade de linguagem mobilizada em contextos de formação para o trabalho demanda um olhar para a sua dimensão laboral marcada, sobretudo, na relação do sujeito da atividade com a própria atividade.* Nesse ponto, nos coube convocar uma abordagem, ainda que propedêutica, dos estudos e reflexões sobre o sujeito na atividade de trabalho para observar, com o cuidado que o objeto clama, a passagem do campo da prescrição ao campo da realidade observando como os sujeitos protagonistas da atividade dimensionam os saberes da prática em um contexto de encontro com saberes disciplinares sobre a atividade praticada. Por isso, as formulações da ergologia (SCHWARTZ, 2011; SOUZA-E-SILVA, 2008), enquanto abordagem pluridisciplinar que oferece instrumentos conceituais para ler as demandas *in locus* da atividade de trabalho, contribuiu para a compreensão do constante processo de renormalização vivenciado na atividade e, para além disso, a constante tensão e drama da atividade pressuposta pela prescrição e a impossibilidade de ser vivida, em sua totalidade, na realidade.

E o terceiro e último pressuposto é *o de que enquanto atividade enunciativo-discursiva marcada por um espaço-tempo próprio, a interpretação interlíngua apresenta “contornos” específicos que não se igualam a outras atividades de interação face-a-face realizadas no cotidiano.* Diante disso, não se pode excluir as reflexões oriundas do emergente e recente campo dos Estudos da Interpretação que apresentam, com a propriedade de pesquisadores que se debruçam a investigar este tipo específico de atividade enunciativo-discursiva, diferentes olhares



sobre a multifacetada condição da interpretação interlíngua. Nesse sentido, os fundamentos dos *estudos da interpretação* (PÖCHHACKER, 2004; 2009; RICCARDI, 1995; DEAN & POLLARD, 2001; RODRIGUES, 2013) contribuirão para a exploração das especificidades desta atividade de maneira ampla até o devido afinamento sobre o nosso objeto de pesquisa: a interpretação interlíngua da língua de sinais.

A circunscrição da atividade observada em apenas uma dessas abordagens limitaria a nossa visão a apenas uma parte do que pretendíamos observar, já que, nesta pesquisa, buscou-se, como é de praxe em estudos de base ou de diálogo com a perspectiva bakhtiniana, alcançar a unidade do fenômeno em vez de limitar-nos a algum aspecto parcial dele (SOBRAL, 2008): neste estudo, tratamos *da atividade interpretativa mobilizada em situação de formação para o trabalho*. Desse modo, a escolha de apenas uma dessas abordagens amputaria a multifacetada condição do objeto que, por mais que fechemos nossos olhos, convoca um olhar para o todo.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Para alcançar os objetivos propostos, a coleta, descrição e delimitação do *corpus* de nossa pesquisa fundamentam-se nos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos de análise de materiais semiótico-ideológicos. Nessa perspectiva teórica, o signo é compreendido como material resultante de um consenso “[...] entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 45). Por essa razão, as formas do signo estão condicionadas pela organização social dos sujeitos envolvidos na interação e pelas condições concretas em que a interação acontece. Nesse sentido, modificar as reais condições de interação significa alterar a constituição desse signo.

Com base nestas diretrizes, a coleta do *corpus* foi realizada no primeiro semestre de 2014 e contemplou a formação de TILSP em realização, isto é, em um curso em andamento, filiado a uma instituição de ensino superior privada na cidade de São Paulo. O curso em que o *corpus* foi colhido é oferecido pelo período de 24 meses com carga horária total de 450 horas, sendo que 80% dessa carga horária é cumprida na modalidade presencial e os 20% restantes como Atividades Supervisionadas à Distância. O curso, que tem por objetivo formar TILSP para atuar em lugares que haja a necessidade comunicacional de pessoas surdas, tem vinte e quatro

disciplinas que são organizadas em dois núcleos e subdivididas em seis eixos temáticos. O *corpus* foi coletado na disciplina *Interpretação da Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa*, que está alocada no Núcleo Específico dentro do eixo de *Prática em Tradução e Interpretação*. A disciplina tem carga horária total de 20 (vinte) horas e objetiva propiciar aos TILSP em formação a vivência da interpretação de discursos em libras para a língua portuguesa na modalidade oral.

Para a coleta do *corpus* foi realizado um deslocamento da metodologia da *Autoconfrontação* que, originalmente, foi proposta pelo linguista francês Daniel Faïta (2005) no contexto da Clínica da Atividade com o objetivo de olhar a linguagem em situações de trabalho possibilitando, ao analista/pesquisador, observar como os protagonistas da atividade mobilizam em palavras aquilo que se encontra no campo da ação. A escolha desse dispositivo metodológico deu-se pelo fato de que

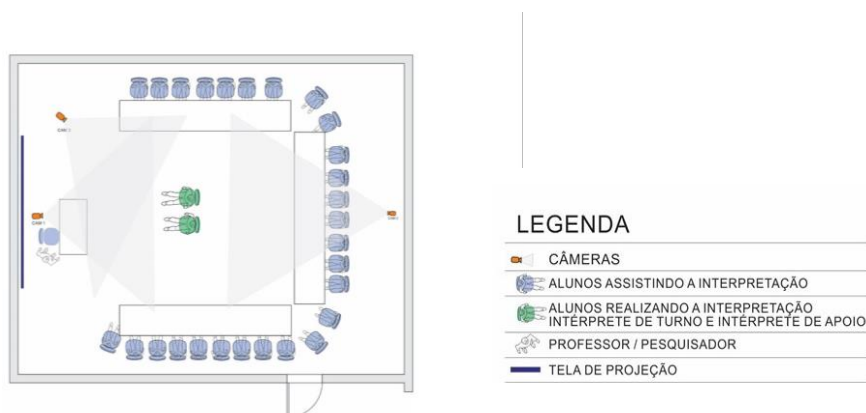
[...] uma das mais efetivas garantias do método residira na capacidade de manter o movimento dialógico em torno do que os protagonistas enxergam do que eles fazem. [...] Não se trata de reduzir, de abrandar a expressão, mas ao contrário, de discernir, com o máximo de chance de sucesso, as dimensões compostas de significações concretas, feitas de associação de enunciados produzidos e do que revela suas relações efetivas ao que eles referem. (VIEIRA & FAÏTA 2003, p. 35).

Essa metodologia se estrutura em três fases: 1) *constituição do grupo de análise*, que consiste na escolha do coletivo a ser analisado e na quantidade de protagonistas que farão parte das atividades a serem filmadas; 2) *realização das autoconfrontações simples e cruzada*, quando, após a filmagem das atividades realizadas, os participantes mobilizam discursivamente as experiências observadas no ato registrado. Na *autoconfrontação simples* o protagonista produz um discurso em referência à atividade observada. E na *autoconfrontação cruzada*, a produção discursiva sobre a atividade é realizada pelo protagonista, pelo analista/pesquisador e por outro sujeito envolvido na ação e que ocupara, até então, o lugar de observador; e 3) *extensão do trabalho de análise*, que corresponde ao trabalho com os dados produzidos nas autoconfrontações (VIEIRA & FAÏTA, 2003).

Nesta pesquisa, essa metodologia difere-se das propostas até então realizadas em que foram contemplados trabalhadores durante a realização de suas atividades em *situação de*

*trabalho* (FAÏTA, 2005; VIEIRA & FAÏTA, 2003; VIEIRA, 2002) para o processo de *formação* de novos profissionais. Esse dispositivo foi adotado para alcançar o objetivo proposto e por possibilitar, tanto para o protagonista do ato interpretativo como para o formador/pesquisador, a identificação, mapeamento e descrição de elementos de significação e sentido de materialidade verbal e verbo-visual, além de dar condições de observar o redimensionamento dos *saberes investidos* e os processos de *renormalização* durante a atividade interpretativa pelo olhar do próprio aluno em formação a partir dos gêneros discursivos presentes nos textos em Libras.

Foram utilizadas como ferramentas de coleta do *corpus*: (i) três câmeras de áudio e vídeo posicionadas em três perspectivas objetivas; (ii) uma tela de projeção; (iii) um aparelho de projeção e computador. Essas ferramentas foram organizadas no espaço de sala de aula, contemplando o ato de linguagem a ser observado: a interpretação da Libras para a LP na modalidade oral. Abaixo um mapa da sala em que os dados foram coletados:



Os participantes da pesquisa eram alunos do curso de formação. A coleta contou com a participação de 3 duplas, chamadas aqui de protagonistas da atividade de interpretação, e com o grupo de alunos do curso que ficou ao redor das duplas, conforme apresentado no esquema acima. Centralizados no grupo, as duplas ficaram diante da tela de projeção para assistir os vídeos em libras sob o olhar dos colegas. A atividade em dupla foi constituída para observar o trabalho de parceria durante a interpretação. Na dupla, um dos componentes foi denominado de *intérprete de turno* (IT), que era o que estava realizando a interpretação para o português, e o outro de *intérprete de apoio* (IA), que estava sentado ao lado, prestando atenção em todo o vídeo para auxiliar o intérprete do turno caso alguma coisa não fosse compreendida por ele.

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 1-15

A primeira câmera estava posicionada à frente dos protagonistas da atividade interpretativa, abaixo da tela de projeção. A segunda câmera estava posicionada ao lado da tela, captando os protagonistas da atividade de interpretação e os demais participantes, alocados ao redor deles. E a terceira câmera estava posicionada no fundo da sala captando o vídeo em libras exibido na tela de projeção, os protagonistas e o grupo.

A coleta da pesquisa foi realizada em seis fases, mas, por uma questão de espaço, apresentamos, neste trabalho, três das seis fases metodológicas utilizadas para a coleta da pesquisa. A título de melhor compreensão das etapas de coleta do *corpus*, uma tabela abaixo explica as fases e os procedimentos:

	<b>Sujeitos envolvidos</b>	<b>Procedimento</b>
<b>Fase I</b>	3 duplas com os I.T + I.A	Interpretação para o português do vídeo em libras em atividade em sala de aula.
<b>Fase II</b>	I.T + I.A	Realização da Autoconfrontação simples: os protagonistas assistiram suas <i>performances</i> interpretativa na primeira filmagem
<b>Fase III</b>	I.T + I.A + Pesquisador + toda o grupo	Realização da Autoconfrontação cruzada: o pesquisador e o TILSP 2 tecem comentários sobre a performance interpretativa do vídeo

A constituição das duplas aconteceu por meio da disponibilidade dos alunos em participar da atividade. Anunciamos que, embora a atividade fizesse parte da metodologia de nossa pesquisa de doutorado, os dados seriam trabalhados como elementos para as duas aulas presenciais daquela disciplina. Em um primeiro momento houve desconforto, por parte dos alunos, para a realização da interpretação diante dos colegas e um dos motivos que os intimidou foi a presença das câmeras e a possibilidade de ter alguém comentando sobre sua *performance* interpretativa. Após a constituição das três duplas, realizou-se a primeira fase em que as duplas realizaram a interpretação de três vídeos em libras em diferentes gêneros: (i) gênero discurso de formatura; (ii) gênero político militante; e (iii) gênero prosaico opinativo. Os vídeos foram retirados e estão disponíveis no site de vídeos *Youtube*<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> A escolha de um material visual deste site de disponibilização de vídeos justifica-se por ser um recurso amplamente utilizado pela comunidade surda para exibição de suas produções culturais e artísticas, bem como o de visibilização de sua língua e seus posicionamentos ideológicos (PINHEIRO, 2011).

Realizadas as interpretações, os vídeos com o áudio da interpretação foram assistidos pelas duplas, na fase II, a Autoconfrontação Cruzada, quando eles teceram comentários sobre sua performance de interpretação, sobre suas impressões, o que viram a mais, o que viram a menos, sobre suas sensações em relação à sua atividade. Em seguida foram realizadas as Autoconfrontações Cruzadas em que, primeiramente, o pesquisador/professor realizou perguntas sobre a atividade de interpretação e, na sequência, abriu para que os colegas que assistiram as interpretações tecessem comentários sobre o que viram e fizesse perguntas para os protagonistas.

### **MOVIMENTOS DIALÓGICOS SOBRE A AUTOCONFRONTAÇÃO E SOBRE AS ESTRATÉGIAS INTERPRETATIVAS**

Os dados foram organizados em dois blocos que demonstram as dimensões observadas durante o enfrentamento e processamento dos dados: (i) movimentos dialógicos sobre o dispositivo da autoconfrontação e o encontro de saberes no espaço formativo; e (ii) movimentos dialógicos sobre as estratégias interpretativas utilizadas na atividade didática.

No primeiro bloco analisado, os movimentos dialógicos sobre o dispositivo da autoconfrontação mostram que os TILSP se sentiram extremamente incomodados ao observarem a si mesmos em um ato de interpretação. Um dos principais elementos observados no processo de autoconfrontação simples foram os estranhamentos em relação à escuta da própria voz gravada e com a imagem durante o processo de interpretação. Esse incomodo com a própria voz foi um elemento apontado pelos I.T das três duplas participantes da atividade filmada e da imagem por dois I.A, revelando, com isso, que o primeiro momento de auto avaliação da prática por esses profissionais que possuem tempo de experiência significativo aconteceu no contexto formativo. Um outro elemento até então observado é que os intérpretes se surpreenderam com o resultado de sua interpretação, isto é, achavam que haviam feito muito menos do que fizeram no que diz respeito à totalidade da transposição de sentido. Os dados mostram que os intérpretes protagonistas da atividade interpretativa no contexto de formação, ao se depararem com seu fazer nas autoconfrontações, reconheceram, na atividade, muito além daquilo que sabiam sobre o seu fazer. Reconheceram, no primeiro vídeo, um saber marcado pela experiência e, no segundo vídeo, uma reelaboração discursiva desse saber de acordo com a formação.

Além disso, os intérpretes observaram, também, que os gêneros mobilizados convocaram saberes específicos ligados a atividade interpretativa o que os mobilizou à utilização, no caso da segunda gravação, de estratégias abordadas no processo formativo que não foram utilizadas no primeiro. Esse movimento dialógico sobre a atividade interpretativa antes e depois da formação conduziu os sujeitos a mobilizarem discursos sobre o *eu-para-mim*, o *eu-para-o-outro* e o *outro-para-mim* durante as autoconfrontações contribuindo, com isso, para uma mudança na percepção de si e dos outros participantes da aula como trabalhadores que lidam com uma atividade imprevisível, imediata e dramática.

No segundo bloco de análises, um dos aspectos amplamente debatidos durante as autoconfrontações em relação à atividade interpretativa foi a compreensão de alguns enunciados produzidos nos vídeos em Libras e a possível omissão de alguns aspectos dos discursos fontes causadas pelos problemas decorrentes da compreensão. Esse ponto apareceu, com frequência, durante as enunciações dos sujeitos de pesquisa por meio de citações diretas dos trechos enunciados em Libras nos vídeos utilizados na atividade didática. Os intérpretes escolheram trechos da L-F que foram de difícil compreensão e debateram, realizando uma variedade de *citações intermodais*, as possibilidades de equivalência e produção de sentidos em LP. Os modos de citação utilizados pelos intérpretes, entretanto, variaram de acordo com a situação e com os objetivos do discurso narrativo.

Espera-se que a discussão realizada com base nos dados apresentados possam contribuir para a formação de TILSP em diversos espaços e níveis – extensão, graduação, pós-graduação –, fazendo valer a determinação legal de formação de profissionais habilitados para mediar a interação entre surdos e ouvintes e, para além disso, incitar novas reflexões sobre esse processo, uma vez que, no contexto brasileiro, a formação de intérpretes de língua de sinais configura-se como ação política, social e acadêmica extremamente recente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016*, p. 1-15

São Paulo: Martins Fontes, 2010b [1952-53].

DEAN, R. K; POLLARD, R. Q. Application Demand-Control Theory to Sign Language Interpreting: Implications for Stress na Interpreter Training. University of Rochester School of Medicine. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 6:1, Winter, 2001. Disponível em: <http://jdsde.oxfordjournals.org/content/6/1/1.full.pdf+html>

FAÏTA, D. *Análise dialógica da atividade profissional*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2005.

FONSECA, D. M. Contribuições ao debate da pós-graduação lato sensu. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. V. 1, n° 2, 2004. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/47/44>

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *DELTA*, 19, Vol. Especial, São Paulo, PUC-SP, 2003.

PÖCHHACKER, F. Issues in Interpreting Studies. In: MUNDAY, J. *The Routledge Companion to Translation Studies*. London: Routledge. 2009.

\_\_\_\_\_. *Introducing Interpreting Studies*. New York: Routledge, 2004.

VIEIRA, M. A.; FAITA, D. Quando os outros olham outros de si mesmo: reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. *Polifonia*. N° 7. Cuiabá: EdUFMT. 2003.

\_\_\_\_\_. *A atividade, o discurso e a clínica: uma análise dialógica do trabalho médico*. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada e estudos da Linguagem). São Paulo: PEPG - LAELPUC SP, 2002.

RICCARDI, A. (1995) Language-specific strategies in simultaneous interpreting. In: DOLLERUP, C.; APPEL V. (Eds). *Teaching Translation and Interpreting 3: New Horizons*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1995.

RODRIGUES, C. H. *A interpretação para a língua de sinais brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais*. (Tese). Doutorado em Linguística Aplicada. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Atividade de linguagem, atividade de trabalho: encontro de múltiplos saberes. *Revista Intercâmbio*, volume XVIII: 1-21, São Paulo, LAEL/PUC-SP, 2008.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.) *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Vinícius. Quando intérpretes de língua de sinais encontram “outros” de si mesmos: a autoconfrontação como dispositivo formativo. In: *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016*, p. 1-15